$\underset{\text{advogados}}{\text{MANGE}}$ 

Renato Luiz de Macedo Mange Walter Vieira Filho Luciano Guimarães da Silveira Eduardo Foz Mange Bruna Murcillo Mendonça Raphael Nehin Corrêa

Cezar Luiz Lopes Parra

Daniel Krumpanzl Ignácio Delgado

Leonardo Demori Lopes de Assumpção

Isaías Luz da Silva

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS - SC

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – GRUPO RECH

Processo n.º 5057720-48.2025.8.24.0023

AGRO COMPETENCE PARTICIPAÇÕES S.A., RECH AGRÍCOLA S.A., RSG GESTÃO DE ATIVOS LTDA., TELMAC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e TRACTOR PARTS DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA., todas em conjunto denominadas "GRUPO RECH" ou "RECUPERANDAS", nos autos do Pedido de Homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial em epígrafe, vêm, respeitosamente, expor e requerer o seguinte:

1. As Recuperandas, em atenção a r. decisão que deferiu o processamento da Recuperação Extrajudicial (evento 25), requerem a juntada da documentação contábil complementar anexa, em cumprimento aos apontamentos elencados pelo Auxiliar do Juízo no laudo de constatação prévia (evento 13.1).



Renato Luiz de Macedo Mange Walter Vieira Filho Luciano Guimarães da Silveira Eduardo Foz Mange Bruna Murcillo Mendonça Raphael Nehin Corrêa

Cezar Luiz Lopes Parra

Daniel Krumpanzl Ignácio Delgado

Leonardo Demori Lopes de Assumpção

Isaías Luz da Silva

- 2. Esclarecem que, no prazo legal, apresentarão resposta aos Embargos de Declaração (eventos 61 e 65), conforme determinado na r. decisão de evento 69.
- 3. Por fim, manifestam ciência, nesta data, da proposta de honorários apresentada pelo I. Administrador Judicial (evento 78), consignando que se manifestarão a respeito no prazo de 10 dias, nos termos da r. decisão de evento 25<sup>1</sup>.

São os termos em que,

P. DEFERIMENTO.

São Paulo, 16 de outubro de 2025.

Pp.

BRUNA MURCILLO MENDONÇA OAB/SP n.º 406.447

Pp.

LUCIANO GUIMARÃES DA SILVEIRA OAB/SP n.º 219.729

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> "...Deverá o administrador judicial apresentar proposta de honorários devidamente fundamentada, em 10 (dez) dias, considerando-se a disposição contida no art. 24 da Lei nº 11.101/05, que as utilizo de forma análoga apresente demanda, e outros subsídios como complexidade das atividades, número de horas dedicadas, número de pessoas e setores que atuarão e fiscalização das atividades. **Apresentada a proposta, manifestem-se as requerentes em igual prazo**..."